

Por dificuldades de encontrar notícias nas madrugadas de segundas-feiras, estou suspendendo o envio de notícias nesses dias.

Notícias Sindicais, 09/09/14

Federação Nacional dos Urbanitários

Dias 09 e 10 de setembro: Seminário Modelo Energético Brasileiro Atualidades e Perspectivas- Região Sudeste e Centro-Oeste

Dias 09 e 10 de SETEMBRO de 2014 • 9h às 18h

CENAM Centro Acolhida Missionária

End.: R. Almirante Alexandrino, 2023

Santa Teresa • Rio de Janeiro/RJ

Programação dia 09 de setembro

Manhã 8h30 – Recepção e Credenciamento

9h00 Mística e Abertura

10h00- Mesa Temática I:

A energia e a geopolítica.

Coordenação da mesa: MAB

- Igor Fuser – UFABC

- João Antonio de Moraes – FUP

- Olímpio Alves dos Santos – FISENGE

Tarde 14h00

Mesa Temática II: Os desafios da soberania energética e alimentar.

Coordenação da Mesa: FNU

- Marina Santos – MST/Via Campesina

- Jorge Antonio – FISENGE

- Hélio Luiz Seidel – PBio

- Julio Cezar Jeronimo dos Santos – Fafen

Noite 18h00- Confraternização

10 de Setembro

Manhã 8h30 Recepção e Credenciamento

9h00 Mesa Temática III:

Atualidade e perspectivas da indústria energética no Brasil e os desafios para a classe trabalhadora na construção do Projeto Energético Popular.

Coordenação da mesa: FUP

- Guilherme Estrella – Geólogo e ex diretor da Petrobras

- Franklin Moreira – FNU

- Luiz Dalla Costa – MAB

- Flávio Decat – Furnas

Tarde 14h00

Mesa Temática IV:

Indústria metalúrgica e o desao da industrialização do petróleo.

Coordenação da Mesa: FISENGE

- Henrique Jäger – Economista

- Alex Santos – Sind. Metalúrgicos do Rio de Janeiro

- Edson Carlos Rocha – CNM/CUT

- Síntese final e encerramento (coordenação)

Portal do MST

A impressionante riqueza do senador Eunício Oliveira

8 de setembro de 2014

Por Fabio Serapião - Da Carta Capital

Após seis meses de apuração sobre quem seriam os donos, qual a capacidade agrícola e a atual utilização do solo de uma ampla faixa de terra localizada entre os municípios de Alexânia e Corumbá de Goiás, o Movimento Sem Terra decidiu, no sábado 30, iniciar o processo de ocupação da área para reforma agrária.

Em pouco tempo, cerca de 3 mil integrantes do MST, provenientes de 22 acampamentos espalhados por Goiás, se puseram na estrada, alguns a pé e outros em carros e ônibus. O destino era a Fazenda Santa Mônica, de propriedade do senador e candidato ao governo do Ceará, Eunício Oliveira. Um dos principais caciques do PMDB, o agora candidato foi deputado federal por três mandatos e ocupou o cargo de ministro das Comunicações, entre 2004 e 2005, no governo Lula.

Divididos em dois grupos, um acostumado com a vivência em acampamentos e ocupações e outro formado por militantes arregimentados nas cidades do entorno de Goiânia e de Anápolis, Pirinópolis e Cocalzinho, os sem-terra chegaram a Corumbá de Goiás na madrugada do domingo e, logo pela manhã, começaram a construir suas tendas ao longo de uma porção de terra situada às margens de uma reserva legal de mata nativa na Santa Mônica, a menos de 1 quilômetro da sede da fazenda.

"Não bastasse ser improdutiva, a terra é fruto de transações pouco claras do senador. Essa é a chance para ele explicar como conseguiu acabar com as pequenas propriedades que existiam aqui e formar esse imenso latifúndio", afirma o coordenador da ocupação José Valdir Misnerovicz. A propriedade soma 20 mil hectares.

Segundo Misnerovicz, a ação de ocupação da fazenda do peemedebista, além de ser um ato a favor da reforma agrária, serve para a Justiça, Receita Federal e demais autoridades mirarem suas lupas para a evolução patrimonial do senador. Oliveira é o candidato a governador mais rico nesta eleição.

De acordo com os dados do Tribunal Superior Eleitoral, somente entre 2010 e 2014, sua fortuna saltou de 36 milhões para 99 milhões de reais. Ele tem 91 propriedades rurais em Goiás. Na Santa Mônica, declarada com valor de 386 mil reais, a riqueza do senador está mais do que exposta. Da estrada que atravessa a propriedade, é possível avistar represas, aeroporto particular regularizado pela Agência Nacional de Aviação Civil, várias casas, benfeitorias e pastagens a perder de vista. Todas as entradas são vigiadas por seguranças particulares.

O poder do senador na região é motivo das conversas entre os moradores de Alexânia e Corumbá. No caso da ocupação, antes mesmo da chegada do MST, a Justiça havia expedido um interdito proibitório, instrumento utilizado para barrar a entrada dos sem-terra no local. Como a do juiz. Na quarta-feira 3, em assembleia com todos os acampados na Santa Mônica, Misnerovicz denunciou outra proibição do juiz: a entrada de alimentos, médicos e indivíduos na ocupação.

"Se não fosse o governo federal e o estadual, o doutor Levine iria nos tirar daqui com tiros e violência", afirma o coordenador do MST. Segundo ele, o senador e o juiz são amigos próximos e estiveram mais de uma vez juntos em eventos públicos. Na internet, é possível comprovar ao menos três desses encontros: a inauguração do fórum de Corumbá de Goiás, em 2011, a homenagem prestada pelo Senado à Associação dos Magistrados Brasileiros, em 2013, e a reunião entre representantes da AMB e da Comissão de Constituição e Justiça do Senado, em 2012.

Sobre o motivo de escolher justamente as terras do senador, o coordenador do MST explica que a área reúne todos os critérios para a desapropriação estipulados por Dilma Rousseff em recente encontro com trabalhadores rurais. "Aterra é de qualidade, está localizada próxima ao mercado consumidor e tem custo-benefício excelente, pois o Eunício declara um valor de apenas 380 mil reais."

Por meio de sua assessoria, o senador informou que seu patrimônio e rendimentos "são declarados anualmente à Receita Federal e neste ano foi entregue também à Justiça Eleitoral". Embora não tenha respondido às perguntas sobre sua relação com o juiz Gabaglia, o senador informou não ter alterado sua rotina de campanha e que a invasão é tratada exclusivamente do ponto de vista administrativo.

Segundo o administrador da Fazenda Santa Mônica, a área é produtiva e segue as normas trabalhistas, tributárias e ambientais. Sobre ação do MST, diz Ricardo Augusto, é política e com fins eleitorais.

Gabaglia disse conhecer o senador apenas da televisão e do Congresso. "Não tenho maiores relacionamentos." Sobre a Fazenda Santa Mônica, o magistrado garantiu ser ela grande produtora de gado, com áreas de cultivo de soja e tomate. "Não há possibilidade de desapropriação da área. Essa área não pode ser reivindicada pelo MST, só se o governo decidir pela desapropriação." Até o fechamento desta edição, na quinta-feira 4, uma reunião entre o governo goiano e o MST negociava uma saída pacífica. O prazo para a reintegração terminaria às 11 da manhã do dia seguinte.

Portal da CUT

Congresso elege nova diretoria da Fisenge

Clóvis Nascimento Filho presidirá Federação de 2014 a 2017

Escrito por: Fisenge • Publicado em: 08/09/2014

A Federação Interestadual de Sindicatos de Engenheiros (FISENGE) elegeu no último final de semana de agosto, durante o 10º Congresso Nacional de Sindicatos de Engenheiros (Consenge), a nova diretoria para o triênio 2014/17. No comando da instituição está o engenheiro civil, Clóvis Nascimento Filho, do Senge-RJ e que foi secretário-geral da Fisenge na gestão anterior.

"Um dos nossos mais sagrados compromissos é o desenvolvimento do Brasil. Não abrimos mão das questões corporativas, mas temos um compromisso maior: contribuir com propostas para o

desenvolvimento do nosso país em busca de uma sociedade igualitária, fraterna e solidária", afirmou Clovis, em seu primeiro discurso à frente da Federação.

A chapa Seguir em Frente, presidida por Clóvis, tem também a seguinte composição:

DIRETOR PRESIDENTE - Clóvis Francisco do Nascimento Filho

DIRETOR VICE - PRESIDENTE - Roberto Luiz de Carvalho Freire

DIRETOR SECRETÁRIO GERAL - Fernando Elias Vieira Jogaib

DIRETOR FINANCEIRO - Eduardo Medeiros Piazero

DIRETORA FINANCEIRA ADJUNTA - Silvana Marília Ventura Palmeira

DIRETOR DE NEGOCIAÇÃO COLETIVA - Ulisses Kaniak

DIRETORA DA MULHER - Simone Baía Pereira

Diretores Executivos - Membros Efetivos

Giucelia Araújo de Figueiredo

Gilson Luiz Teixeira Neri

Raul Otávio da Silva Pereira

Diretores Executivos - Membros Suplentes

José Ezequiel Ramos

Francisco Josealdo Medeiros do Vale

Valter Fanini

Jorge Dotti Cesa

Gunther de Moura Angelkorte

Anildes Lopes Evangelista

Eloisa Basto Amorim de Moraes

Nilton Sampaio Freire de Melo

Conselho Fiscal - Membros Efetivos

Geraldo Sena Neto

Adelar Castiglione Casaroto

Rolf Gustavo Meyer

Conselho Fiscal - Membros Suplentes

Alírio Ferreira Mendes Junior

Romulus Augustus Batista de Lima

Maria Virgínia Martins Brandão

Portal da CTB

FUP e centrais farão ato no Rio de Janeiro em defesa do pré-sal

Reunidos na sede da Federação Única dos Petroleiros, na última sexta-feira (5), os petroleiros junto com as centrais sindicais, movimentos sociais e estudantis, definiram a realização de um grande ato em Defesa do pré-sal, da Petrobras e do Brasil, no próximo dia 15, às 10h, na Cinelândia, no Rio de Janeiro, com a presença do ex presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

O ato está sendo construído pela FUP em conjunto com a CUT, CTB, UGT, MAB, MST, UNE, UBES, UEE, FETEERJ, UEE MPA E CNM, FAMERJ, FAFERJ, entre outros movimentos sociais.

O objetivo do ato é alertar a sociedade para os riscos que sofre o projeto de desenvolvimento em curso no país, em função dos ataques contra o pré-sal e a Petrobras.

Em apenas oito anos, o pré-sal já produz mais de meio milhão de barris de petróleo por dia, gerando uma riqueza que será aplicada em educação e na saúde pública. Nos próximos 35 anos, isso significará R\$ 1,3 trilhão em royalties que se destinarão à saúde e à educação dos brasileiros. Isso equivale a mais de dez vezes o atual orçamento do governo federal para essas áreas.

"Tudo isso só está sendo possível em função dos investimentos e da competência da Petrobras. Nos últimos 12 anos, os governos Lula e Dilma fortaleceram a estatal para que ela cumprisse o seu papel de empresa pública, gerando empregos e renda para milhares de brasileiros.", ressalta o Coordenador Geral da FUP, José Maria Rangel.

Só os investimentos da Petrobrás representam 13% do PIB do país. Mas nem sempre foi assim. Em 2000, a participação da indústria de petróleo no PIB era de apenas 3%. A Petrobras quase foi privatizada nos anos 90 pelos mesmos setores que hoje atacam a empresa e que querem interromper os investimentos no pré-sal.

Por isso, as centrais sindicais e os movimentos sociais estão nas ruas, defendendo o pré-sal, a Petrobras e o Brasil da ameaça de retrocesso. "Não permitiremos que este setor tão estratégico para o país caia novamente nas mãos dos que defendem a privatização do estado.", ressalta Rangel.

Fonte: FUP

Portal Mundo Sindical

Trabalhadores da Companhia Siderúrgica Pecém aprovam por unanimidade a proposta apresentada em assembleia

Trabalhadores da Companhia Siderúrgica Pecém aprovam por unanimidade a proposta apresentada em assembleia

Cerca de 8 mil trabalhadores da obra da CSP - Companhia Siderúrgica Pecém, aprovaram na manhã de hoje, 08/09/2014, a proposta apresentada em assembleia.

Os trabalhadores estão em estado de greve desde o dia 21 de agosto de 2014. Enquanto o SINTEPAV-CE negociava junto à empresa Posco E&C responsável pelo empreendimento.

Em pauta estão itens como pagamento das horas in itinere (1 hora/dia) no dia 12/09/2014 do retroativo a abril até agosto; pagamento de PLR – Participação nos Lucros e/ou Resultados (inclusive a próxima em 2015); Não haver desconto no 13º salário e férias em razão dos dias parados na greve anterior.

A proposta do sindicato é que as empresas devem realizar o pagamento de um salário (carteira) indenizado para todos os trabalhadores referente ao retroativo das horas in itinere considerando a data de admissão. As empresas se comprometeram a apresentar uma resposta até 30 de setembro de 2014.

Uma próxima assembleia foi marcada para o dia 06 de outubro de 2014, onde até lá, espera-se que as empresas cumpram e respondam afirmativamente com o acordado e aprovado pela assembleia. Permanecendo assim, o estado de greve na CSP – Companhia Siderúrgica Pecém.

Fonte: Assessoria CSP - 08/09/2014

Portal Mundo Sindical

TST reconhece legitimidade de sindicato em ação contra redução de salários de professores

A Oitava Turma do Tribunal Superior do Trabalho reconheceu a legitimidade do Sindicato dos Professores de Campinas e Região para propor ação contra a Sociedade Campineira de Educação e Instrução, que mantém a Pontifícia Universidade Católica de Campinas, que teria reduzido salários de parte dos professores contrariando convenção coletiva. A Turma aplicou o artigo 8º da Constituição Federal e a jurisprudência do TST e do Supremo Tribunal Federal (STF) para concluir que o ente sindical "tem ampla legitimidade para a defesa dos direitos e interesses coletivos e individuais da categoria que representa". A decisão, unânime, determinou o retorno do processo à Terceira Vara do Trabalho de Campinas para que seja analisado o mérito do pedido.

Na ação, o sindicato alegou que a PUC-Campinas estaria descumprindo as cláusulas referentes à irredutibilidade salarial, criando três categorias diferentes com base no novo plano de cargos e salários, que diminuiu o valor das horas-pesquisa e, em consequência, os salários de alguns professores. Segundo a entidade, não haveria justificativa para a diminuição dos salários, pois não houve redução do tempo nem qualquer alteração qualitativa do trabalho dos professores. Alegou ainda que, para ser válida a nova regra, os professores teriam de aderir a ela, e que alguns teriam aderido apenas por medo de perderem seus empregos.

A Terceira Vara do Trabalho de Campinas considerou o sindicato ilegítimo para propor a ação e extinguiu o processo sem análise do mérito do pedido. De acordo com a sentença, o caso não trata de direito individual homogêneo (atendendo a uma categoria), pois envolve a análise da situação de cada profissional. Assim, a ação seria para defender direitos individuais e heterogêneos, para a qual o sindicato não teria legitimidade. O Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região (Campinas/SP) manteve a sentença, com os mesmos fundamentos.

No recurso ao TST, o sindicato afirmou que a convenção coletiva que assegura a paridade salarial do professor ingressante constitui a origem comum do direito postulado no processo. A relatora, ministra Dora Maria da Costa, citou a Súmula 286, que trata da substituição processual, e enfatizou ser irrelevante a discussão sobre direitos individuais ou homogêneos, uma vez que a legitimidade do sindicato para o ajuizamento da ação de cumprimento "está expressamente prevista em lei".

Fonte: TST - Tribunal Superior do Trabalho - 08/09/2014

Portal Mundo Sindical

Bancários do Piauí ganham causa no TST contra Banco Bradesco

Uma importante vitória na Justiça pode abrir precedente em favor do trabalhador. O Tribunal Superior do Trabalho (TST) absolveu o Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários e Financeiros do Piauí de pagar multa imposta pela 2ª Vara do Trabalho de Teresina (PI) por impedir o acesso dos trabalhadores às agências do Banco Bradesco S.A.

“A justiça reconhece os direitos dos trabalhadores. Os bancos utilizam recursos para acabar com os direitos, mas conseguimos uma grande vitória, principalmente agora que estamos em campanha salarial”, declarou Navarro de Andrade, bancário e diretor executivo da CTB.

O processo começou na greve dos bancários de 14 de agosto de 2009. A paralisação foi aprovada em assembleia com base na Lei de Greve (Lei 7.783/189). O Banco Bradesco S.A. alegou que a greve poderia se tornar violenta e utilizou a ação de interdito proibitório, recurso preventivo, utilizado quando a posse pode sofrer danos, argumento cada vez mais utilizado contra o direito de greve.

O Bradesco alegou que temia a invasão dos imóveis, e de que o sindicato poderia impedir o funcionamento das agências. Com isso, entrou na Justiça do Trabalho com intenção de que uma multa de R\$ 10 mil diária fosse aplicada caso ocorresse tais atos.

O banco conseguia a liminar, que fixou multa de R\$ 1 mil ao sindicato em caso de descumprimento da decisão. Na sentença, a 2ª Vara do Trabalho de Teresina manteve a multa e julgou a ação procedente por entender que foram praticados atos que impediram a entrada nas agências. O Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região negou provimento ao recurso do sindicato, considerando que houve cerceamento do direito de locomoção e do livre exercício do trabalho.

No recurso ao TST, o desfecho foi outro. A Turma afirmou que a utilização regular dos meios de persuasão pelo sindicato, inclusive mediante piquetes pacíficos, não leva à conclusão de que o empregador se encontra na iminência de ver violada a sua posse, tendo em vista a necessidade de se ponderar os direitos de greve e de propriedade.

A decisão se deu por maioria de votos, tendo ficado vencido o ministro Waldir Oliveira da Costa. O TST é a instância mais elevada de julgamento para temas envolvendo o direito do trabalho no Brasil, possui oito Turmas julgadoras, cada uma composta por três ministros.

Fonte: Tribunal Superior do Trabalho - 08/09/2014

Portal Mundo Sindical

Trabalhadores da CRW vão à Justiça do Trabalho para o cumprimento de obrigações trabalhistas

Os trabalhadores da CRW e representantes do Sindicato dos Químicos de Guarulhos e Região – Sindiquímicos estiveram nesta sexta-feira, dia 5 de setembro, na 10ª Vara do Trabalho de Guarulhos/SP para uma audiência referente a ação civil pública movida pelo Sindicato contra a CRW.

Na pauta da ação, assuntos como a dispensa de trabalhadores sem o pagamento das verbas rescisórias, falta de cumprimento de pagamento parcelado das verbas rescisórias acordadas, dispensa por justa causa de trabalhadores portadores de estabilidades, agressões verbais por parte do sócio-proprietário da empresa, Carlos Roberto de Campos, atraso nos pagamentos de salários, suspensão de convênio médico, e cesta básica.

Para justificar a falta de cumprimento das demandas, na audiência, os representantes da empresa alegaram dificuldades financeiras.

O presidente do Sindiquímicos, Antonio Silvan Oliveira, ressalta que a situação dos mais de 100 trabalhadores demitidos está insustentável, sem a indicação dos pagamentos, eles estão sem condições de cumprir com os seus compromissos financeiros, como pagamentos de aluguel, luz, água, alimentação, entre outros, isto sem falar que a empresa não cumpriu com o acordo pagamento parcelado das verbas rescisórias. “Toda esta mobilização dos trabalhadores e ação do Sindicato é para que a empresa não efetue mais demissões sem o cumprimento de suas obrigações trabalhistas e também cessem o processo de contratação de novos trabalhadores, que é constante, até que todos os pagamentos sejam efetuados”.

Neste sentido, os representantes da empresa informaram a juíza que não efetuarão mais dispensas dos trabalhadores sem os respectivos pagamentos das verbas rescisórias.

Trabalhadores mobilizados

A sucessão de arbitrariedades gerou no dia 1º de agosto, uma mobilização dos trabalhadores que, insatisfeitos, paralisaram as atividades laborais. Com relação ao convênio médico, há indicações de que a CRW estava descontando a co-participação dos trabalhadores, porém, sem repassá-las a operadora de saúde. Cabe ressaltar, que a medida gerou diversos transtornos aos envolvidos – trabalhadores e seus dependentes – que estavam em tratamento médico em curso, isso sem se falar nas diversas gestantes que estão prestes a dar a luz.

Na audiência, a justiça do trabalho estipulou um prazo para que a empresa se manifeste perante o Sindicato para o acerto das dívidas, ao que o Sindicato solicitou a intermediação do Ministério Público do Trabalho – MPT, tendo em vista que um acordo administrativo já havia sido realizado, mas sem efeito, por falta de cumprimento integral por parte da empresa.

Esta audiência de mediação entre Sindicato e empresa deverá ocorrer nos próximos dias.

Referente a dispensa por justa causa do funcionário e membro da CIPA, Carlos Eduardo dos Santos, no último dia 6 de agosto, ação contestada pelo Sindicato, por entender que foi fundamentada em um gesto de arbitrariedade do sócio-proprietário da empresa, o MPT se manifestou de forma favorável a reintegração imediata do trabalhador.

Dando sequência as ações contra a empresa, o Sindicato ingressou com o pedido de indenização por dano moral coletivo que visa a reparação financeira dos prejuízos absorvidos em função dos procedimentos ilegais e danosos aos trabalhadores. A audiência de instrução está agendada para o dia 28 de novembro na Justiça do Trabalho em Guarulhos.

Para o presidente do Sindiquímicos e da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Ramo Químico – CNTQ, fato como este que envolve a CRW é lamentável nos dias de hoje. “Pelo Brasil afora temos verificado que diversas empresas que estão atravessando dificuldades conjunturais, relacionadas ao mercado e problemas de ordem financeiros, como também de empresas que enfrentam dificuldades que são conseqüências de conflitos familiares, societários e administrativos, o que não se pode, é permitir, que as conseqüências recaiam sobre os trabalhadores e seus familiares”, diz.

“Pagar os salários nas datas corretas, como também pagar as verbas rescisórias no prazo legal tem que ser encarado como um dever da empresa. Não podemos concordar que é natural ter que ir à Justiça do Trabalho para receber o que é de direito do trabalhador, como FGTS, Férias, 13º salário, etc”, ressalta.

A diretoria do Sindiquímicos rechaça qualquer tipo de ameaça aos trabalhadores e espera que a empresa cumpra com os seus deveres e obrigações.

Fonte: Troad Comunicação e Assessoria - 08/09/2014

Portal Mundo Sindical

Metalúrgicos SP aprovam Pauta com destaque para aumento real

Os metalúrgicos de São Paulo e Mogi aprovaram, em assembleia realizada na noite de sexta-feira (05), a Pauta de Reivindicações da Campanha Salarial 2014, com destaque para a reposição das perdas provocadas pela inflação mais aumento real. Os percentuais de reajuste não foram definidos em função de ainda faltarem dois meses – setembro e outubro – para o fechamento da inflação dos 12 meses anteriores à data-base, 1º de novembro.

A pauta, com mais de 150 cláusulas econômicas, sociais e relacionadas à saúde e à segurança no trabalho, pede também a valorização dos pisos salariais, estabilidade para o delegado sindical, fim da terceirização e redução da jornada de trabalho.

“A situação econômica está ruim e sabemos que vamos ter dificuldades nas negociações, mas isto não vai nos acuar nem nos impedir de buscar o ganho real, porque defendemos que quando o trabalhador tem dinheiro no bolso, ele não investe no sistema financeiro nem na Bolsa, ele vai ao supermercado, ao comércio e compra, ele reforma a casa, ele faz a economia girar. Quando tira dinheiro do trabalhador, o patrão dá um tiro no pé, nas vendas, na produção”, afirmou Miguel Torres, presidente do Sindicato.

A pauta será entregue na próxima terça-feira, dia 9, às 10h, à Fiesp (Federação das Indústrias do ESP) e demais grupos, na Av. Paulista, 1.313.

A assembleia, realizada na sede do Sindicato, na Liberdade, reuniu cerca de mil trabalhadores e trabalhadoras da categoria, que aprovaram também um CALENDÁRIO DE MANIFESTAÇÕES a serem realizadas durante este mês de setembro, como forma de mobilizar a categoria e pressionar os patrões:

Dia 15/9 – manifestação na Zona Norte da capital, em local a ser definido

Dia 16/9 – Zona Oeste

Dia 17/9 – Zona Sul

Dia 18/9 – Zona Leste

Dia 19/9 – Mogi das Cruzes

Dia 21/9 – Zona Leste

A Campanha Salarial é unificada com outros 52 sindicatos de metalúrgicos do Estado ligados à Federação dos Metalúrgicos do Estado e à Força Sindical. Juntas, as entidades representam cerca de 750 mil trabalhadores, dos quais, cerca de 260 mil são da base de São Paulo e Mogi das Cruzes.

Fonte: Assessoria de Imprensa do Sindicato dos Metalúrgicos SP - 08/09/2014

Portal Mundo Sindical

Trabalhadores em lay-off têm reunião no Sindicato, dia 10

Todos os metalúrgicos da General Motors que entrarão em lay-off estão convocados a participar de uma reunião, no próximo dia 10, quarta-feira, às 10h, na sede do Sindicato.

Além de orientar os trabalhadores sobre seus direitos, o Sindicato vai colocar em pauta a organização dos metalúrgicos durante esse período de lay-off. O contrato de 930 funcionários da GM estará suspenso entre os dias 8 de setembro e 7 de fevereiro.

Após esse período, eles retornarão à fábrica e terão seis meses de garantia de emprego. Durante o lay-off, os trabalhadores receberão salário integral, PLR e todas as conquistas da Campanha Salarial. O sistema foi aprovado pelos metalúrgicos em assembleia, no dia 26.

Fonte: Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos - 08/09/2014

Portal Mundo Sindical

Judiciário, patrões e empregados discutem dupla função em ônibus do Rio

A dupla função de motoristas de ônibus foi debatida na última sexta (5), em audiência pública no Tribunal Regional do Trabalho do Rio de Janeiro (TRT-RJ), no centro do Rio, com representantes de instituições públicas e da sociedade civil. A dupla função foi uma das principais reivindicações da categoria na última greve de rodoviários, em maio deste ano. O objetivo da ação é de ouvir as pessoas interessadas e especialistas sobre determinados assuntos que não são de domínio completo do juiz.

O exercício das atividades simultâneas pelos profissionais já ocasionou inúmeros acidentes nas ruas da cidade e é motivo de preocupação na Câmara dos Deputados, em Brasília, onde tramita o Projeto de Lei 2.163/2003, que objetiva proibir a prática nos ônibus urbanos e interurbanos.

De acordo com o desembargador Evandro Pereira Valadão Lopes, do TRT da 1ª Região, o Poder Judiciário precisa buscar conhecimentos sobre o assunto, de modo a facilitar o acesso do juiz ao conhecimento das circunstâncias envolvendo determinadas relações sociais, para ajudá-lo a decidir de forma mais adequada e de acordo com os anseios da sociedade.

"Seguindo a tendência dos demais poderes e do próprio Supremo Tribunal Federal também pensamos nas audiências públicas com a proposta de democratizar nosso Judiciário. Ao mesmo tempo, queremos municiar os juizes de informações que normalmente não teriam sobre situações e fatos da vida ou de circunstâncias de uma profissão ou ofício. O juiz tem conhecimento limitado sobre os acontecimentos, principalmente em um mundo contemporâneo, extremamente complexo", comentou o magistrado.

Durante a audiência, representantes do Ministério Público do Trabalho (MPT) apresentaram dados sobre a situação dos motoristas que exercem dupla função. A procuradora Deborah da Silva Felix avaliou que, em algumas situações, prejuízos podem ser causados à saúde dos trabalhadores e dos usuários.

"O motorista pode se distrair ao dar o troco. É uma situação muito complicada. O Ministério Público tem algumas investigações em andamento e inquéritos envolvendo esse tema. Vamos tentar trazer à reflexão questão tão relevante para a saúde do trabalhador. Imagino que também dependa de políticas públicas, porque as empresas de ônibus são concessionárias de um serviço público. Então, o Poder Público também tem responsabilidade sobre a implementação de propostas que tragam mais segurança para o trabalhador e para a população usuária", explicou a procuradora.

Vice presidente do Sindicato Municipal dos Trabalhadores Empregados em Empresas de Transporte Urbano de Passageiros do Município do Rio de Janeiro (Sintraturb-Rio), Sebastião José da Silva disse que alguns trabalhadores aceitam a função, pois recebem a mais no salário.

De acordo com Sebastião Silva, a cidade do Rio de Janeiro passa por modificações extremas no transporte urbano. "Entendemos que os corredores do sistema Bus Rapid Transit (BRT) não têm como ter cobrador. Isso gera desemprego. A estação precisa apenas do bilheteiro. Então, vamos transformar o cobrador em bilheteiro", ponderou o dirigente sindical.

Segundo ele, em veículos com duas roletas, o motorista dirige e cobra em um ônibus de 50 lugares. "Tem de haver seriedade e respeito para discutir o tema. Não podemos um enganar o outro e o Judiciário cruzar os braços como se de nada soubesse", alertou.

Para o sindicato patronal, a evolução social modificou o padrão da operação de transporte, gerando a criação de ônibus com uma única porta e bilhetagem eletrônica. Consultor jurídico da Federação das Empresas de Transportes de Passageiros do Estado do Rio de Janeiro (Fetranspor), Victor Farjalla avaliou que a prática não caracteriza dupla função. "Se fosse, o motorista teria de receber duas vezes. É uma única função, com um serviço eventual, um serviço a mais, fisicamente impossível de ser realizado a um só tempo", assinalou o consultor.

Fonte: Douglas Corrêa/Agência Brasil - 08/09/2014

Organizado por Ernesto Germano